





# Avanços e desafios do primeiro quinquênio das Ações Afirmativas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo

AMANDA GABRIELA JESUS AMPARO   
Universidade de São Paulo | São Paulo, SP, Brasil  
amandaamparo@usp.br

FELIPE GABRIEL DE CASTRO FREIRE OLIVEIRA   
Universidade de São Paulo | São Paulo, SP, Brasil  
felipe.gabriel.oliveira@usp.br

JOAQUIM PEREIRA DE ALMEIDA NETO   
Universidade de São Paulo | São Paulo, SP, Brasil  
joaquim.almeidaneto@usp.br

MARINA OLIVEIRA BARBOSA   
Universidade de São Paulo | São Paulo, SP, Brasil  
marina.oliveirabarbosa@usp.br

**DOI** 10.11606/issn.2316-9133.v31i2pe206190

**resumo** O artigo apresenta um quadro das iniciativas realizadas no âmbito da política de ações afirmativas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP) desde 2017. O texto retoma as principais ações institucionais e estudantis realizadas nos últimos 5 anos e apresenta, em maiores detalhes, os resultados obtidos pela 1ª Pesquisa CoPAF, um estudo sobre a forma como discentes e docentes têm encarado a política de ações afirmativas. Por fim, o artigo apresenta e discute avanços e alguns desafios que ainda precisam ser enfrentados para garantir a continuidade e o amadurecimento institucional e político das ações afirmativas do PPGAS/USP e a projeção de uma maior democratização da pós-graduação na instituição.

**palavras-chave** Ações afirmativas; Avaliação; democratização do ensino superior; Coletivos estudantis; Mobilização social.

**Progress and challenges in the first five-year period of Affirmative Action in the Graduate Program in Social Anthropology at the University of São Paulo**

**abstract** The article presents a picture of the initiatives carried out in the context of the affirmative action policy in the Graduate Program in Social Anthropology at the University of São Paulo since 2017. It resumes the main institutional and student actions carried out in the last 5 years and presents, in greater detail, the results obtained by the 1st CoPAF Survey, a study on how students and faculty members have viewed the affirmative action policy. Finally, it presents and discusses the progress and some challenges that still need to be faced to ensure the continuity and institutional and political maturity of affirmative action and the projection of greater democratization of graduate studies in the institution.

**keywords** Affirmative actions; Evaluation; Democratizing of Higher Education; Students collectives; Social mobilization.



e206190

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v31i2pe206190>

## Introdução

A política de ações afirmativas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP) completou, em 2022, seu primeiro quinquênio de implementação. Essa conquista, pioneira entre todas as instituições de Pós-Graduação da USP, foi o produto de quatro anos de jornada e de intensas lutas lideradas pela Comissão Permanente de Ações Afirmativas (CPAA).<sup>1</sup> Criada em novembro de 2013 e composta por estudantes, docentes e funcionários(as) do Programa, essa Comissão se somou a décadas de lutas e de engajamentos políticos que almejavam uma Universidade mais plural (Silva, 2015) e foi a principal responsável pela implementação da Política de Ações Afirmativas do PPGAS/USP no ano de 2017. De lá para cá, as estratégias de democratização do acesso acadêmico, de permanência estudantil e da diversificação da produção de conhecimento têm amadurecido e os mecanismos de execução da referida política têm se mostrado cada vez mais fortalecidos. Este texto pretende traçar um quadro das iniciativas realizadas durante os últimos cinco anos no Programa, se debruçar sobre o primeiro estudo avaliativo sobre essa política, realizado no ano de 2021, e apontar alguns desafios que ainda se impõem para o fortalecimento das ações afirmativas na instituição.

A implementação da política de ações afirmativas, como era esperado, implicou em uma série de modificações institucionais. Já em 2017, o edital de seleção para os cursos de mestrado e de doutorado passava a oferecer a reserva de vagas para pessoas negras e para pessoas com deficiência, assim como criava três vagas adicionais para indígenas. Além disso, a prova de proficiência em língua estrangeira foi retirada do processo seletivo, do qual fazia parte como critério eliminatório, e rearranjada como requisito para o exame de qualificação (possibilitando mais tempo para que os e as ingressantes possam se preparar, assim como tenham a oportunidade de realizar mais de uma prova de proficiência, caso necessário). Outra mudança significativa foi o início da distribuição de bolsas a partir de um edital específico, que finalmente passava a considerar critérios socioeconômicos. Denotando pesos maiores a fatores como renda e perfil familiar, perfil de escolarização, e origem geográfica, por exemplo, essa adaptação no processo de distribuição de bolsas pôs fim à atribuição meritocrática, baseada apenas no ranqueamento acadêmico produzido durante a seleção, até então em vigor.

As mudanças relativas à reserva de vagas, à prova de proficiência em língua estrangeira e à distribuição de bolsas por critérios socioeconômicos foram mantidas nos editais de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, ainda que tenha havido ligeiras alterações nas porcentagens de vagas destinadas a pessoas negras e a indígenas no decorrer dos anos. Um mecanismo importante que merece ser destacado é que, nos editais de seleção lançados a

---

<sup>1</sup> A formação inicial da Comissão Permanente de Ações Afirmativas do PPGAS/USP era composta por Ana Cláudia Rocha Duarte Marques, Ana Letícia de Fiori, Andreia de Moraes Cavalheiro, Cibele Barbalho Assêncio, Fabiana de Andrade, Helena de Moraes Manfrinato, Jacqueline Moraes Teixeira, Letizia Patriarca, Luiza Ferreira Lima, Marcio Ferreira da Silva, Marina Vanzolini Figueiredo, Talita Lazzarin Dal' Bó, Wagner Gonçalves da Silva, Yara de Cássia Alves. As descrições detalhadas de todo o processo de mobilização da Comissão estão registradas em Marques et al. (2016) e de Fiori et al. (2017).

partir da implementação das ações afirmativas, sempre há a possibilidade de pessoas que se inscreveram para vagas de optantes serem classificadas, de acordo com o seu desempenho, no ranqueamento da ampla concorrência. Isso evita que se produza uma maior competitividade entre pessoas optantes, ao mesmo tempo que libera mais vagas para esses grupos-alvo das políticas afirmativas.

Recentemente, muitos outros avanços foram conquistados por meio da atuação da CoPAF, do corpo discente e da coordenação do PPGAS. A partir de 2021, por exemplo, os editais de ingresso passaram a contemplar a reserva de vagas para pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros). Outro avanço muito importante foram as Oficinas de Letramento em Inglês. Como alternativa à realização do exame de proficiência no formato de prova de língua estrangeira, o PPGAS/USP passou a oferecer internamente essas oficinas e a reconhecer a participação e o desempenho nos encontros como certificação de língua estrangeira. Também é importante destacar que voluntários e voluntárias do corpo discente criaram em 2022 a primeira edição do Prepara-PPGAS, um curso preparatório on-line voltado para pessoas pretas, pardas, indígenas, trans e com deficiência que pretendiam prestar o processo seletivo. O Prepara-PPGAS apoiou estudantes na inscrição do processo seletivo e no entendimento do edital, ofereceu aulas expositivas sobre a bibliografia indicada para a prova de conhecimento em Antropologia Social, ofereceu auxílio e mentoria para a escrita de projetos de pesquisa e para a preparação para as entrevistas e disponibilizou canais para assistência psicológica durante todo o processo seletivo. O curso preparatório teve 98 pessoas inscritas, de todas as regiões do Brasil, e, no final da seleção, 8 delas foram aprovadas para ingresso no PPGAS/USP em 2023.

As ações afirmativas provocaram e vem provocando um impacto significativo no perfil do corpo discente do Programa. Se até 2017, esse perfil ainda era “majoritariamente paulista ou da região Sul-Sudeste, branco, de classe média e cisgênero” (De Fiori et al, 2017: 58), após os primeiros quatro anos da política, ainda em 2021, o PPGAS/USP já contava com 49 discentes optantes (41 pretas(os) e pardas(os), 7 indígenas e 1 pessoa com deficiência). Esse número representava 25% do total de 193 discentes regularmente matriculados. Para além dessa mudança demográfica, que ainda está em fase inicial é preciso frisar, é também perceptível o impacto acadêmico e simbólico provocado pela ampliação das temáticas de pesquisa, dos aportes bibliográficos, das trajetórias pessoais e das trocas entre múltiplas perspectivas. Essas mudanças no perfil discente do PPGAS/USP não apenas foram notadas pela pesquisa que apresentaremos a seguir, elas podem ser percebidas nas salas de aula, nas salas de estudo e nos corredores do Programa.

Todos os mecanismos e ajustes referentes às ações afirmativas do PPGAS/USP são acompanhados pela Comissão Permanente de Ações Afirmativas, instância vinculada à Comissão de Coordenação de Programa (CCP) e oficializada em 2019 como CoPAF. A CoPAF é regida por um Regulamento interno (que atualmente se encontra em fase de aperfeiçoamento) e é composta por 4 discentes e 2 docentes. Ela é a atual responsável pela inserção das diretrizes da política de ações afirmativas nos editais anuais de seleção para os cursos de mestrado, doutorado e doutorado direto do PPGAS/USP e participa das reuniões

deliberativas da CCP<sup>2</sup> e também das reuniões em que são analisados os pedidos de bolsa de estudo. Outra importante atribuição da CoPAF é a promoção de instrumentos de avaliação institucional contínua das ações afirmativas, com o intuito de aperfeiçoamento de suas diretrizes internas. Foi com esse objetivo que, após cerca de quatro anos do início da política, foi proposta a “1ª Pesquisa CoPAF”.<sup>3</sup> Considerando que os efeitos desse tipo de política levam um certo tempo para se manifestar no cotidiano e no desempenho de um órgão público, como a Universidade, a sugestão defendida pela CoPAF é que uma ampla avaliação ocorra em intervalos de dois anos. Isso, como será descrito a seguir, é importante para que seja possível a averiguação detalhada da efetividade dos diferentes dispositivos atrelados às ações afirmativas do PPGAS/USP e também a necessidade de futuras adaptações a serem feitas em prol da democratização do Programa.

### **Proposta de avaliação: a Pesquisa CoPAF de 2021**

A primeira Pesquisa CoPAF, realizada durante o segundo semestre de 2021, foi elaborada e executada pelas autoras e pelos autores deste texto e teve como objetivo coletar dados sobre o impacto da implementação da política de ações afirmativas no PPGAS/USP. O que justificou a sua realização foi a indisponibilidade de dados oficiais sobre ingressantes e o interesse em averiguar a efetividade prática resultante do desenho institucional das políticas de cotas e de algumas iniciativas em favor da permanência estudantil. Havia, por exemplo, a preocupação de que esses mecanismos pudessem estar criando novas injustiças para grupos em vulnerabilidade social e que não se encaixassem nos critérios estabelecidos nos editais de seleção, como candidatos brancos pobres. Dessa maneira, foi estabelecido um grupo de trabalho, a partir da CoPAF, que teria a responsabilidade de aplicar questionários online aos corpos discente e docente, de participação voluntária e anônima de seus respondentes.

A atividade foi um esforço de cruzamento de informações sobre perfis étnico-raciais, socioeconômicos, perfis de escolarização (escola pública ou privada) e de desempenho na pós-graduação (desempenho entendido como algo que pode retratar as condições de acesso e de permanência no ensino universitário), além de coletar impressões das professoras e dos professores sobre as ações afirmativas. A pesquisa foi feita por meio de formulários Google e foi chamada, primeiramente, de Censo CoPAF. Possivelmente em função do caráter não obrigatório, a pesquisa não obteve um número grande de respostas, sendo que, em 2021, dos

---

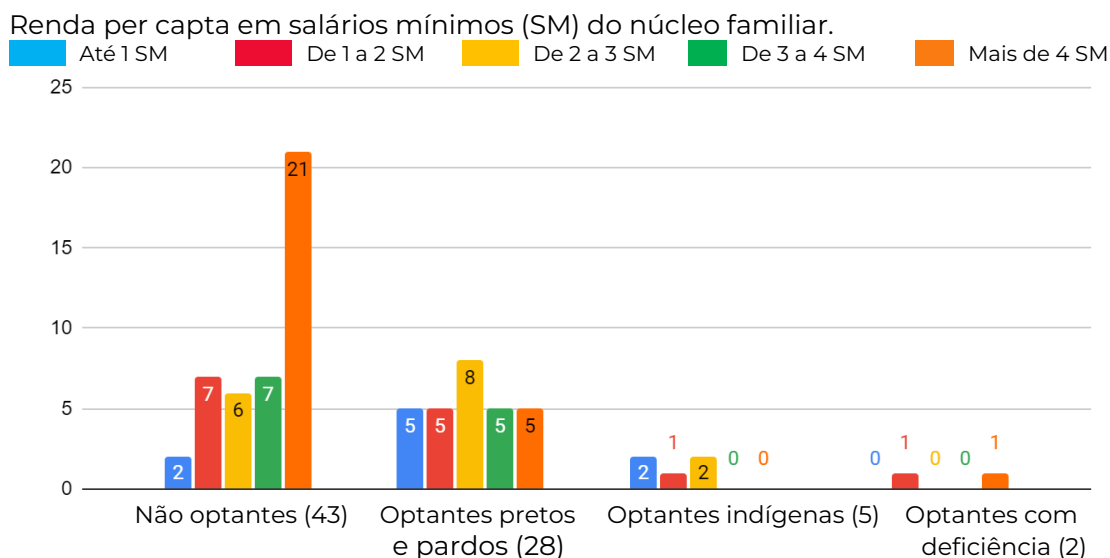
<sup>2</sup> Para mais detalhes, acesse a página da CoPAF disponível no site do PPGAS/USP: <https://ppgas.fflch.usp.br/copaf>. Para contatos: [uspacoesafirmativas@gmail.com](mailto:uspacoesafirmativas@gmail.com).

<sup>3</sup> Os resultados dessa pesquisa foram inicialmente apresentados e discutidos no Seminário "Ações Afirmativas na Pós-Graduação: Reflexões e Desafios", realizado em outubro de 2021 em parceria entre os Programas de Antropologia Social e o de Sociologia, disponível no canal do PPGAS/USP no YouTube em: <https://www.youtube.com/@ppgas-usp7368> (Acesso em 20 dez. de 2022). A apresentação dos dados da Pesquisa CoPAF ocorreu na Mesa de Abertura “A Construção das Ações Afirmativas no Brasil”, disponível em <https://youtu.be/sl0a0068yWQ> (Acesso em 20 dez. 2022). O evento foi uma oportunidade produtiva para debater profundamente as políticas de ações afirmativas a partir da experiência das Ciências Humanas na USP, ação também estratégica para o aperfeiçoamento constante das diretrizes institucionais.

193 alunos, apenas 82 (42%) participaram e, de 22 docentes, 16 (73%) preencheram o questionário. Decidiu-se, então, pela mudança do título do estudo para 1ª Pesquisa CoPAF, dado o seu caráter amostral. Nesse sentido, é importante destacar que os dados colhidos não podem ser amplificados como sendo uma realidade exata de todo o PPGAS, mas aponta tendências e sugestões importantes de serem observadas e discutidas.

O estudo obteve uma maioria de respondentes que estavam cursando doutorado (57,3%), sendo a maior parte do total de respostas de ingressantes de 2019, 2020 e 2021 (77%). Identificou-se também um número maior de Pessoas Cis (48,7% de Homens Cis e 41,3% de Mulheres Cis) em relação à porção referente a respostas de Pessoas Não-Binárias (6,3%) e de Pessoas Trans (1,2%). De todas, 52,4% indicaram que possuíam bolsa no momento da participação na pesquisa.

O perfil étnico-racial, traçado a partir do universo de respondentes, apontou para uma parte majoritária de Brancas/Brancos (45,1%, 37 participantes), acompanhada por Pretas/Pretos (28%, 23 pessoas), Pardas/Pardos (15,9%, 13 respostas), Indígenas (com 7 participações ou 8,5% da amostra), seguida por 1 pessoa Amarela (0,8%) e 1 pessoa que assinalou “nenhuma das anteriores” (também 0,8%, aproximadamente). Interessante complexificar esse quadro a partir da pergunta sobre renda per capita, considerando o número de salários mínimos (SM) do núcleo familiar, cruzando com a informação de que a respondente era optante ou não, como podemos ver a seguir.

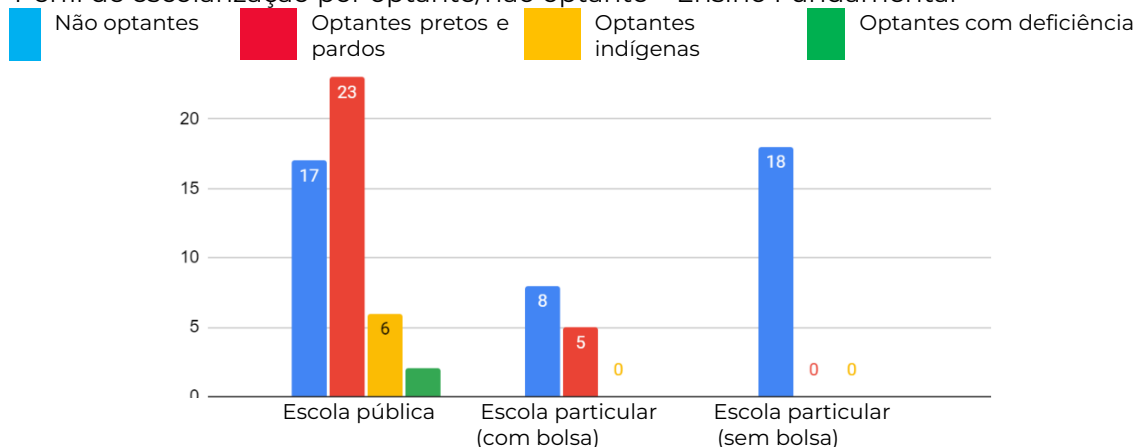


**Gráfico 1.** “Perfil socioeconômico”. Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa CoPAF 2021.

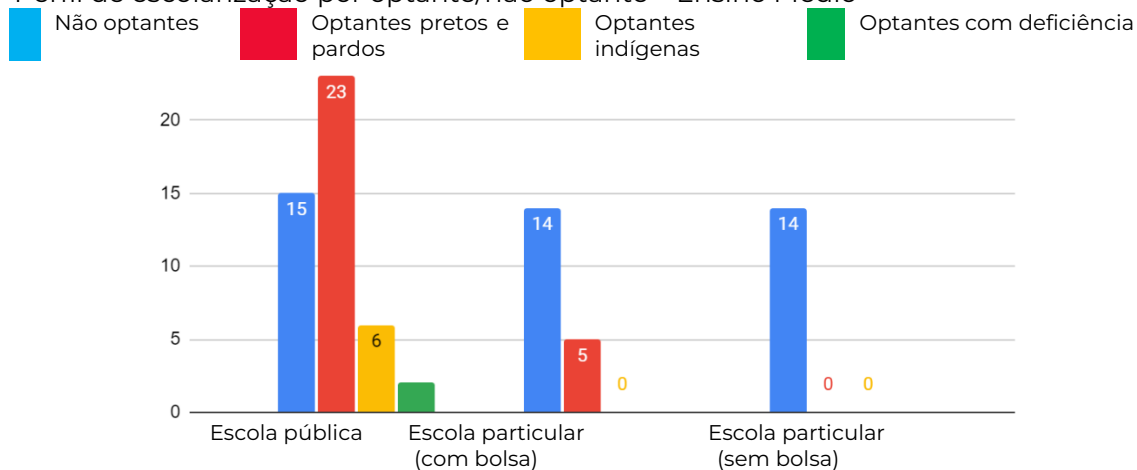
O que chama atenção é o grande número de não-optantes que declaram renda per capita maior do que 4 salários mínimos (21), realidade não verificável nos outros grupos, que possuem, em geral, renda per capita de até 3 salários mínimos. Essa discrepância na condição financeira demonstra uma tendência de correlação entre renda e opção (ou não) pelos mecanismos de ações afirmativas, o que contribui para justificar tal política como dispositivo de democratização do PPGAS/USP.

Partindo para uma coleta de informações sobre a vida escolar dos integrantes discentes, constatou-se que todas as pessoas Optantes Pretas, Pardas e Indígenas estudaram ou em escola pública ou em escola particular com bolsa (referindo-se a ensino fundamental, médio e graduação). Das Optantes Pretas, Pardas e Indígenas, 85% provêm exclusivamente da rede pública (levando em consideração apenas ensino fundamental e médio).

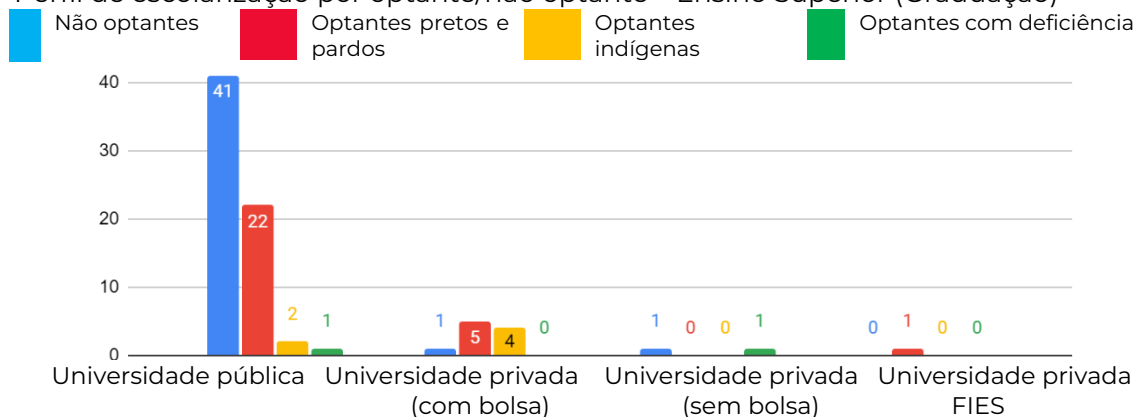
Perfil de escolarização por optante/não optante – Ensino Fundamental



Perfil de escolarização por optante/não optante – Ensino Médio



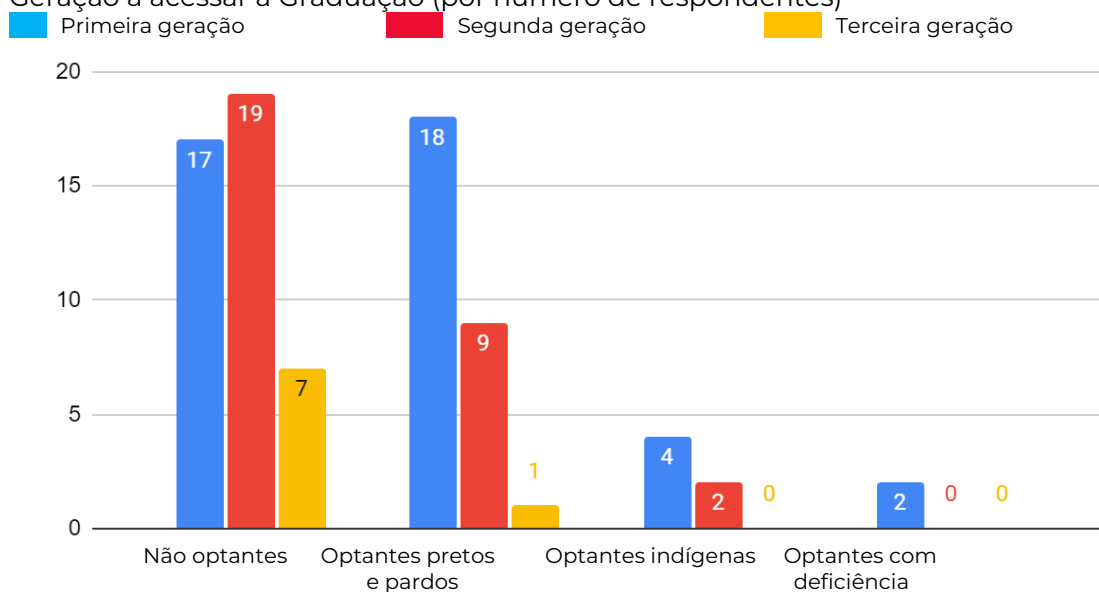
Perfil de escolarização por optante/não optante – Ensino Superior (Graduação)



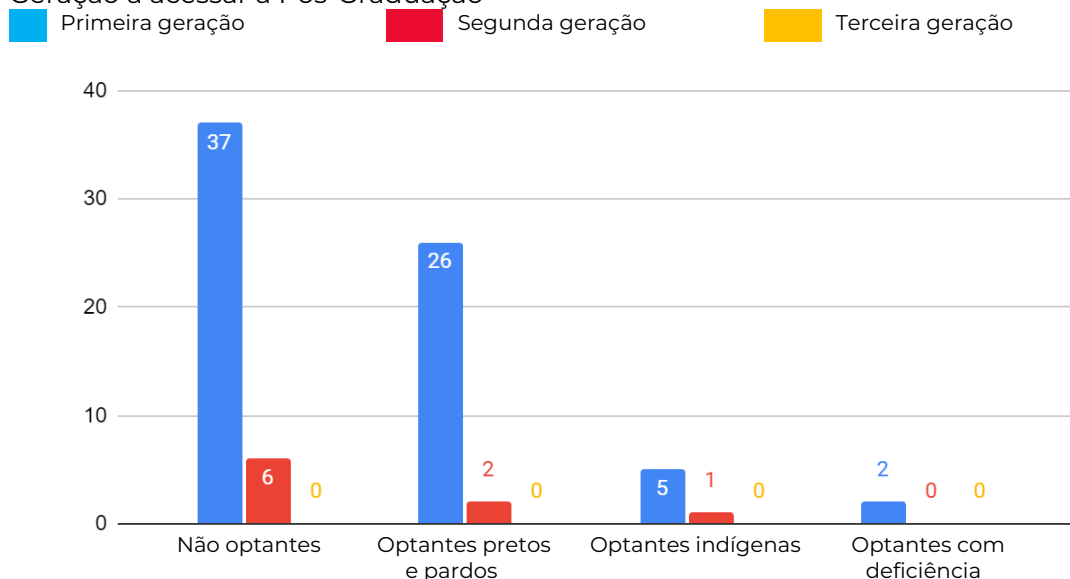
Gráficos 2a, 2b e 2c. Perfil de escolarização, por optante/não optante. Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa CoPAF 2021.

Nesse sentido, a pesquisa procurou averiguar também a qual geração a acessar a Graduação e a Pós-Graduação a pessoa pertencia em seu núcleo familiar. Parte significativa das e dos respondentes apontaram fazer parte da primeira geração a usufruir desse acesso (em azul), sendo 50% delas a cursar a Graduação e 85% a Pós. Dentre os Não Optantes, 60% foram pelo menos a segunda geração a acessar o ensino superior, índice maior do que Pretas/Pardas (36%) e Indígenas (33%). De pessoas respondentes com deficiência, todas foram a primeira de suas famílias a acessar tanto Graduação como Pós-Graduação. O quadro aponta que, por um lado, ingressar em um curso universitário já era uma realidade mais comum entre os respondentes, enquanto, ingressar na Pós era uma realidade que só se tornou mais acessível nos últimos anos, certamente, em decorrência também do projeto de expansão universitária implementado no Brasil nas primeiras décadas do século XXI.

Geração a acessar a Graduação (por número de respondentes)



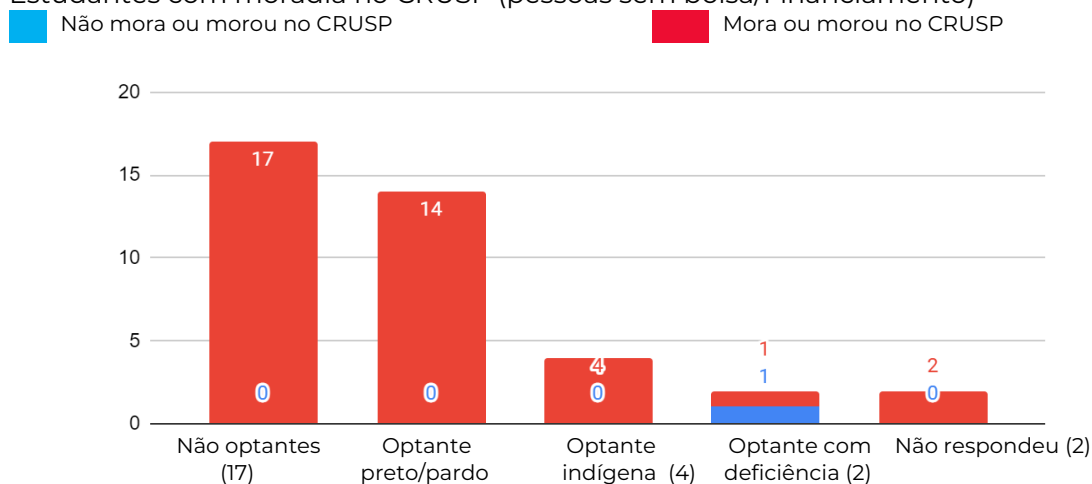
Geração a acessar a Pós-Graduação



**Gráficos 3a e 3b.** Geração a acessar a graduação e pós-graduação. Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa COPAF 2021.7

Questionou-se ainda sobre o número de discentes que utilizam o benefício de moradia no campus Butantã se alojando no Conjunto Residencial da USP, o CRUSP. O resultado da coleta indica que uma pesquisa mais detalhada deve ser realizada e que há a necessidade de se informar melhor as e os ingressantes sobre essa possibilidade de auxílio estudantil. De discentes que Não Têm Bolsa/Financiamento, apenas 1 mora ou morou no CRUSP. Das pessoas com Bolsa/Financiamento, 8 delas (20,51%) moram ou moraram no residencial. Nenhum respondente indígena morou ou mora lá. Um estudo mais aprofundado sobre o tema pode possibilitar entender se o CRUSP, devido às condições precárias de infraestrutura, de assistência estudantil e de segurança - denunciadas recentemente<sup>4</sup>-, acabou se tornando uma opção menos atraente para quem ingressa na Pós-Graduação e também quais seriam as possíveis melhorias necessárias a esse importante mecanismo de apoio à permanência de estudantes.

Estudantes com moradia no CRUSP (pessoas sem bolsa/Financiamento)



**Gráfico 4.** Moradia no CRUSP, por optantes/não optantes. Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa CoPAF 2021.

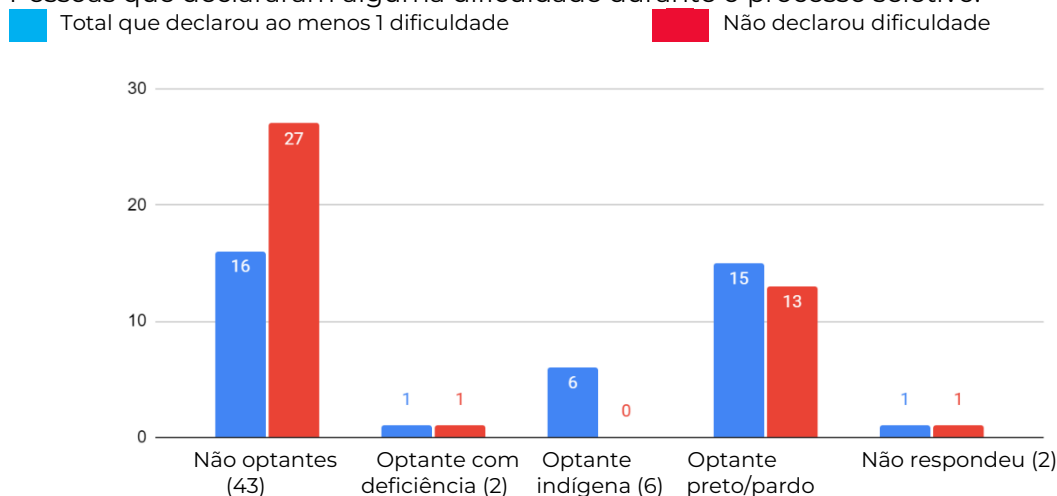
Dando foco às possíveis dificuldades enfrentadas durante o processo seletivo, coletou-se e organizou-se dados a partir das respostas por grupos optantes e não optantes. O intuito era verificar se, e como, disparidades sociais implicavam em desafios adicionais durante o processo de seleção para ingresso nos cursos. Verificou-se que a maioria dos Não Optantes (63%) não tiveram nenhum problema. Essa tendência não se aplica entre Optantes, visto que mais da metade de Pretas/Pardas teve pelo menos uma dificuldade e que todo o grupo de ingressantes indígenas também enfrentou empecilhos com o processo seletivo.

As maiores dificuldades apontadas nas respostas foram “Bibliografia” e “Redação do Projeto de Pesquisa”, mas todos os demais quesitos presentes no questionário foram apontados, em maior ou menor frequência. Além dos itens presentes no escopo inicial, as respostas trouxeram dificuldades financeiras além do pagamento da taxa de inscrição e que estão relacionadas à dificuldade de ingresso no mercado de trabalho.

<sup>4</sup> Cf reportagem de Vitória Pacheco (*Jornal do Campus*, 7 out 2022).



Pessoas que declararam alguma dificuldade durante o processo seletivo.



**Gráfico 5.** Grupos que tiveram dificuldades no processo seletivo. Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa CoPAF 2021.

Dificuldades listadas pelas pessoas participantes durante o processo seletivo.



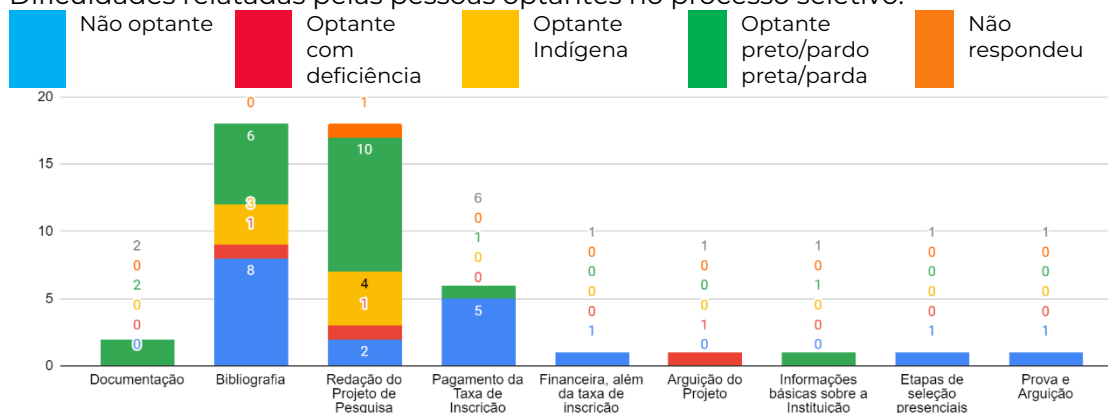
**Gráfico 6.** Dificuldades relatadas durante o processo de seleção. Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa CoPAF 2021.

Ao considerar as respostas por grupos, identificou-se que todas as pessoas Optantes Indígenas tiveram algum tipo de problema no processo seletivo, sendo as principais “Bibliografia” e “Redação do Projeto de Pesquisa”. De Optantes Pretas e Pardas, uma pequena maioria (53%) também enfrentou as mesmas dificuldades. Já entre Não Optantes (37%), pouco mais de um terço teve ao menos alguma dificuldade, sendo “Bibliografia” e “Pagamento de Inscrição” as mais apontadas, o que leva a uma distinção com relação ao quadro geral. De todo modo, esses dados apontam para a necessidade de se compreender melhor a receptividade da bibliografia escolhida na seleção - talvez a dificuldade não esteja na leitura técnica dos textos, mas em seus temas. Também é possível verificar a necessidade de se pensar formas de apoio na fase de concepção de escrita de projetos de pesquisa, com maiores esclarecimentos, materiais de apoio e oficinas abertas. Um outro ponto importante é que apenas tivemos acesso a informações sobre as dificuldades de quem foi aprovado na seleção, e não de quem foi reprovado. Esses últimos dados poderiam ser ainda mais esclarecedores sobre o atual nível de inclusão do processo de ingresso ao PPGAS.

A pesquisa também se debruçou sobre as dificuldades encontradas durante a realização dos cursos de mestrado e doutorado. Todos os grupos mencionaram ter enfrentado ao menos um problema ao longo da formação. Apenas Não Optantes e Optantes Pretas e Pardas tiveram respondentes que não relataram dificuldade. A proporção de quem não teve dificuldade entre Não Optantes é maior (34%) em relação a de Optantes Pretas e Pardas (14%), o que reforça uma tendência de diferenciação entre esses grupos.

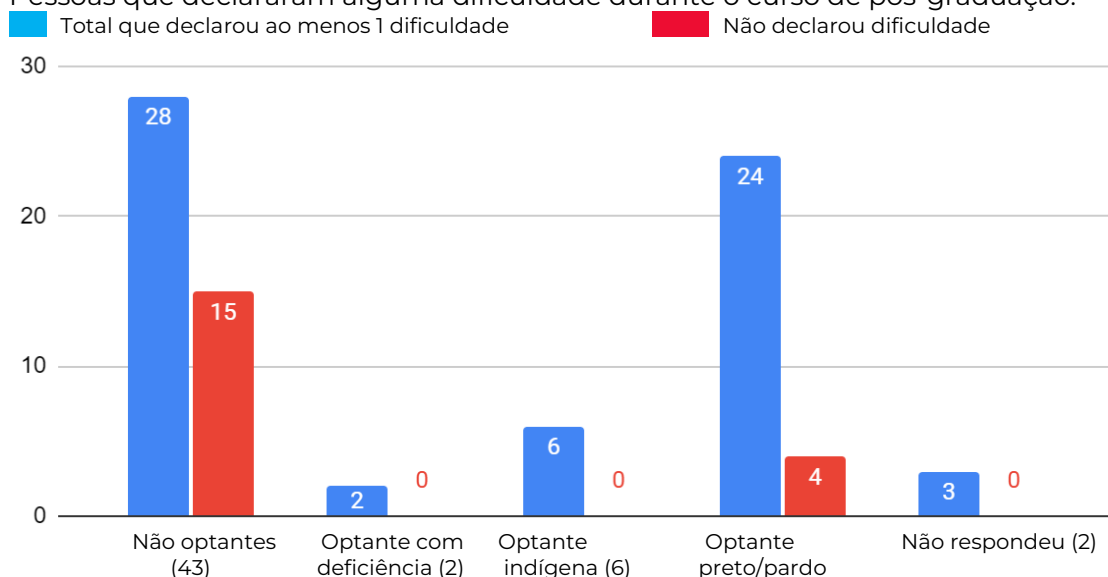
Ao analisar quais são as problemáticas, quatro delas foram as mais indicadas: “Proficiência”, “Leitura em Língua Estrangeira”, “Bolsas” e “Conciliar Trabalho e Estudo”. Outras questões foram apontadas por respondentes, incluindo uma série de dificuldades não consideradas, a priori, tais como “[Falta de] Verba para [trabalho de] campo”, “Saúde emocional”, “Dificuldades financeiras”, “Cansaço de telas” e “Contexto pandêmico”.

Dificuldades relatadas pelas pessoas optantes no processo seletivo.



**Gráfico 7.** Dificuldades relatadas conforme grupos de pessoas optantes Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa CoPAF 2021.

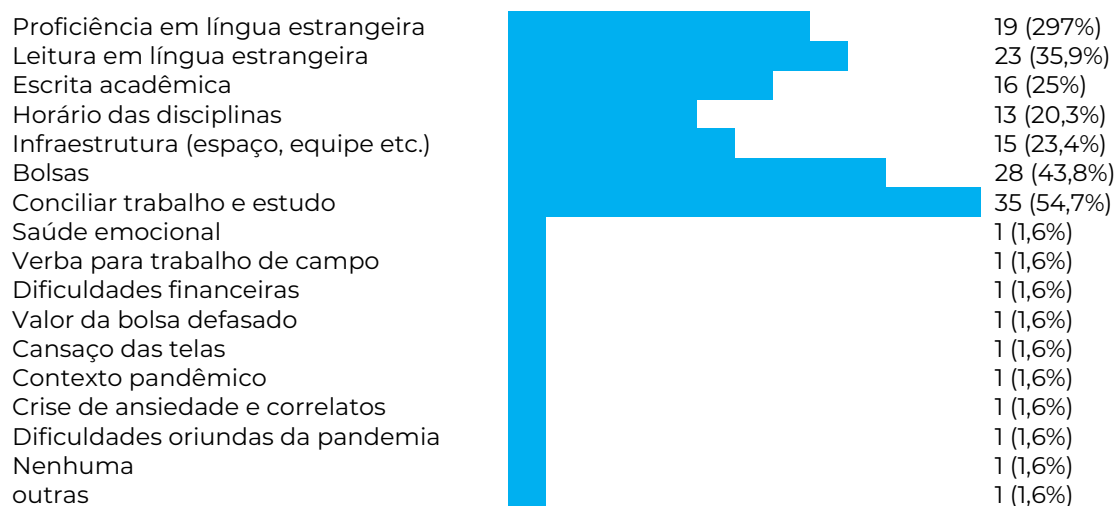
Pessoas que declararam alguma dificuldade durante o curso de pós-graduação.



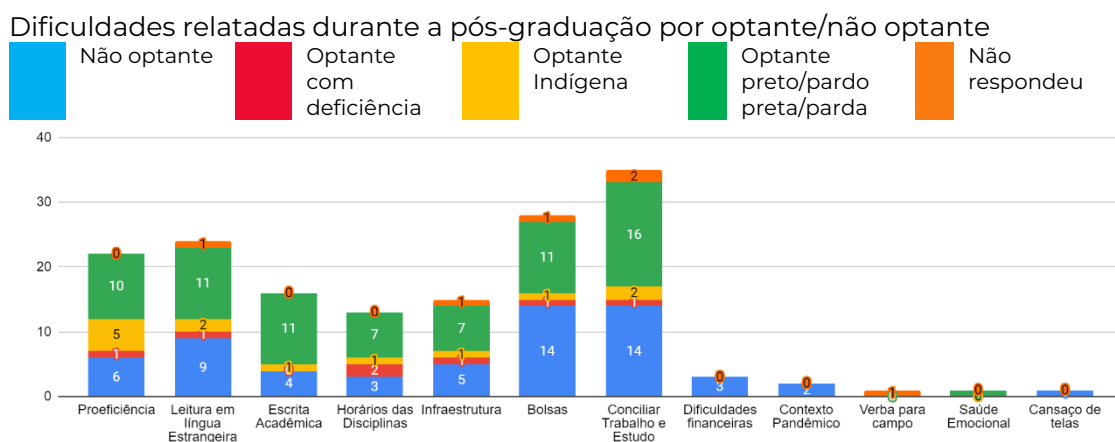
**Gráfico 8.** Grupos que tiveram dificuldades durante os cursos de mestrado ou doutorado no PPGAS/USP. Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa CoPAF 2021.

A divisão das respostas em grupos mostra a tendência importante de que, proporcionalmente, Não Optantes tiveram menos dificuldades. Entretanto, entre as pessoas que tiveram problemas durante o curso, os tipos de dificuldades tendem a ser os mesmos.

Dificuldades listadas pelas pessoas participantes durante o curso de pós-graduação.



**Gráfico 9.** Dificuldades relatadas pelos participantes durante o curso de mestrado ou doutorado do PPGAS/USP. Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa CoPAF 2021.



**Gráfico 10.** Dificuldades relatadas durante o curso de pós-graduação. Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa CoPAF 2021.

A pesquisa também se debruçou sobre questões abertas, nas quais os participantes puderam expressar suas opiniões sobre temas como “comunicação”, “bibliografia”, “discriminação”, “pandemia”, e “política de ações afirmativas no programa”. Todas as respostas entendem a política como positiva e consideram que as ações afirmativas melhoraram o PPGAS, tornando o ambiente da USP mais diversificado. Os discentes também apontaram que é preciso melhorar a inclusão de outros grupos (LGBTQIA+, por exemplo), ampliar as porcentagens de reserva de vagas, fortalecer a permanência de discentes

cotistas (socioeconomicamente vulnerabilizados) e apoiar mais a relação entre discentes e docentes. Uma das respostas trazidas por discentes é bastante ilustrativa:

A Política de Ações Afirmativas é fundamental, modifica aos poucos a cara do corpo discente, colabora no acesso e na permanência estudantil, força em alguma medida alguma modificação nas práticas, costumes e hábitos docentes que precisam ser abandonados para que o programa seja mais diverso na sua composição e na valorização de diferentes saberes.

(Depoimento de Discente da 1º Pesquisa CoPAF - PPGAS/USP, 2021)

Na questão em que se pedia para apontar e/ou detalhar outras dificuldades enfrentadas, de modo geral as respostas apontaram problemas de comunicação entre docente, discente e o próprio programa, a dificuldade com bibliografia, com o não acesso a bolsa, com a dificuldade de concentração nas aulas online e com posturas discriminatórias em sala de aula. Na resposta abaixo, essas dificuldades aparecem sintetizadas:

Acho importante se pensar em espaços de ensino-aprendizado que possibilitem maiores trocas entre discentes e que privilegiem reflexões e aprendizados sobre uma maior diversidade de teorias e práxis antropológicas. Docentes precisam estar sensibilizadas para acolherem e refletirem juntas sobre escritas acadêmicas e produções de conhecimento que não necessariamente sigam cânones da disciplina. É um processo em curso, mas é importante que docentes estejam efetivamente comprometidos com esse projeto político-pedagógico.

(Depoimento de Discente da 1º Pesquisa CoPAF - PPGAS/USP, 2021)

A dificuldade financeira foi outro ponto mobilizado de forma sucessiva. A falta de financiamento para todos ingressantes e os valores defasados de muitas das bolsas atualmente em vigor implicam em grandes desafios para a permanência na pós-graduação e para a dedicação exclusiva à pesquisa. A pandemia também foi um fator de impacto na vida dos estudantes, tendo em vista o modelo adotado para aulas e demais atividades online. O isolamento social, a grande exposição ao computador e as dinâmicas de aulas somaram-se às demais dificuldades já existentes.

Dificuldade de concentração devido a prolongada exposição ao computador.

Dificuldade por conta da pandemia, como a não possibilidade de utilizar a cota de xerox de textos.

Dificuldade por não estar tendo uma convivência acadêmica que ajude com as tarefas da academia, como a participação em congressos e publicações.

(Depoimentos de Discentes da 1º Pesquisa CoPAF - PPGAS/USP, 2021)

Essas respostas expressam, em certa medida, o impacto que a crise sanitária provocada pela Covid-19 teve sobre o cotidiano acadêmico. As limitações e condições inéditas a que todas e todos foram submetidos fizeram com que a própria política de democratização e de permanência do Programa fosse prejudicada. O distanciamento social acabou tendo como efeito uma certa desmobilização do corpo discente, o que complexificou as discussões em torno do acompanhamento e do aperfeiçoamento das ações afirmativas do PPGAS/USP.

A pesquisa CoPAF também procurou averiguar como o corpo docente do PPGAS/USP avaliava a política de ações afirmativas. Seguindo a mesma metodologia aplicada aos discentes, enviamos formulários Google aos docentes para que pudessem trazer suas visões sobre essa política em curso no Programa. A pesquisa recebeu formulários de 16 professores (73% dos 22 docentes em atividade no ano de 2021). Dentre os 16, 13 tinham orientandos e orientandas Optantes. Nenhum deles orientava estudantes indígenas optantes.

O formulário enviado aos docentes recebeu respostas anônimas para as seguintes 5 perguntas: 1) Em relação ao processo seletivo, qual a sua avaliação da Política de Ações Afirmativas? 2) Em relação ao oferecimento de disciplinas, qual a sua avaliação da Política de Ações Afirmativas? 3) Em relação às atividades de orientação, qual a sua avaliação da Política de Ações Afirmativas? 4) Em relação às demais atividades do PPGAS-USP, qual a sua avaliação da Política de Ações Afirmativas? 5) Você teria sugestões em relação à Política de Ações Afirmativas?

Em termos gerais, todas as respostas consideraram o processo de ações afirmativas no Programa positivo. As respostas também ressaltaram alguns pontos a serem melhorados, tais como: “ajustes na dinâmica do processo seletivo”, “condições dos editais”, “número de vagas para optantes”, “bibliografia” e “expansão do corpo docente de forma mais diversa”.

Em relação à avaliação do processo seletivo e das mudanças ocasionadas em decorrência da Política de Ações Afirmativas, os docentes destacaram o processo como positivo, mas apontaram dificuldades em relação ao alto número de inscrições. O corpo docente apontou também a necessidade de diversificação no modelo das avaliações, a importância da renovação dos temas e conteúdos antropológicos mobilizados nas diferentes etapas do processo seletivo. Por fim, destacaram que é necessário avaliações mais sistemáticas da política de ações afirmativas.

Rever formas de avaliação, por exemplo, incluir vídeos ou podcasts para pessoas com deficiência, assim melhorar a comunicação.

Renovação das pautas antropológicas.

(Depoimentos de Docentes da 1ª Pesquisa CoPAF - PPGAS/USP, 2021)

Sobre o oferecimento das disciplinas após a implementação das ações afirmativas, os docentes apontaram pontos positivos e, novamente, algumas dificuldades. Eles apontaram que entendem como positivo os novos ingressos e destacaram que isso possibilita uma nova organização do programa e das dinâmicas em sala de aula, para além de corroborar com a

maior inclusão de alunas(os) negras (os) e indígenas e com a diversidade bibliográfica. No que diz respeito às dificuldades, apontaram a necessidade sistemática do acompanhamento para leituras em línguas estrangeiras, os desafios didáticos causados pelo aumento do tamanho das turmas e o horário dos cursos (tem havido uma recomendação para que os cursos obrigatórios do programa passem a ser oferecidos no período noturno).

Acompanhamento sistemático para leituras em línguas estrangeiras.

O aumento da turma tem sido um desafio.

Os novos ingressos são muito positivos, pois possibilitam uma nova organização do programa e das dinâmicas em sala de aula.

(Depoimentos de Docentes da 1º Pesquisa CoPAF - PPGAS/USP, 2021)

Em relação às atividades de orientação, muitas respostas docentes frisaram a importância da política para o aumento das bibliografias trabalhadas e para a diversidade dos projetos de pesquisa. Apontaram também que existe uma mudança no perfil dos orientandos, agora muito mais atentos a questões sociais urgentes, e o aumento da sensibilidade à diversidade por parte do programa.

Desafiadora, porém tem demonstrado surpreendentes em relação às atividades acadêmicas.

Orientandos muito atentos em relação às políticas de gênero, orientações sexuais e origens sociais. Políticas de acolhimento e escuta.

(Depoimentos de Docentes da 1º Pesquisa CoPAF - PPGAS/USP, 2021)

Pensando nas demais atividades do PPGAS-USP e na avaliação da Política de Ações Afirmativas, muitas respostas docentes entenderam que as transformações são positivas, mas que, em geral, ainda há pouco apoio institucional aos alunos ingressantes. A falta de políticas de acolhimento foi outro tema abordado.

Pouco apoio institucional.

Discutir as diferentes áreas do PPGAS, pois algumas ainda são refratárias.

(Depoimentos de Docentes da 1º Pesquisa CoPAF - PPGAS/USP, 2021)

Por fim, o corpo docente indicou sugestões em relação à Política de Ações Afirmativas. Dentre essas sugestões, destacamos a implementação de uma avaliação anual e o acompanhamento mais detido de alunos optantes e autodeclarados, a criação de cursos de escritas etnográficas e de línguas e o aumento das bolsas de estudos. Também foi apontado

a necessidade de concursos que garantam vagas para docentes negros(as) e indígenas no programa.

A pesquisa CoPAF ajudou a perceber como corpos discente e docente do PPGAS/USP apoiam e concordam com o fortalecimento da política de ações afirmativas implementada desde 2017. Desafios e questões que ainda precisam ser pensadas foram apontadas e vêm sendo colocadas em pauta nos encontros realizados pela CoPAF desde então.

### **Desafios do primeiro quinquênio de Ações Afirmativas no PPGAS-USP**

Como a pesquisa foi motivada também por uma dúvida bastante persistente, principalmente entre o corpo docente do PPGAS/USP, que dizia respeito ao fato da política de ações afirmativas poder estar prejudicando pessoas não optantes pobres, uma das preocupações da Pesquisa CoPAF realizada em 2021 foi o cruzamento de informações referentes ao ingresso e aos perfis socioeconômicos dos estudantes.

A pesquisa mostrou que essa preocupação não era procedente, já que as pessoas em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, aquelas que vivem com até um salário mínimo per capita, estavam predominantemente concentradas no grupo de optantes (das 9 pessoas com renda de até um salário mínimo, 7 eram optantes - 5 Pretas/Pardas e 2 Indígenas). Além disso, a pesquisa apontou que Não Optantes ocupavam majoritariamente as posições de maior renda per capita, vivendo com 4 salários mínimos per capita ou mais (21 dos 28). O cruzamento entre perfil socioeconômico e modalidade de ingresso reforça a importância das ações afirmativas e, ao mesmo tempo, fomenta a discussão sobre a importância da democratização completa do acesso às universidades públicas.

Levando em consideração as dificuldades econômicas, a ausência de bolsas em quantidade suficiente para ingressantes e as realidades sociais e raciais captadas pela Pesquisa CoPAF, fica evidente que as discussões sobre ações afirmativas dependem de uma compreensão bastante alargada, que inclua os aspectos socioeconômicos, mas que não se limite a eles. É importante frisar que a lógica da democratização do acesso ao ensino superior e à pós-graduação, assim como as políticas que assegurem a permanência dos novos e das novas ingressantes, está na base da justiça racial/social almejada. É justamente por isso que as ações afirmativas não devem ser pautadas em nenhum tipo de discussão assistencialista ou puramente economicista, mas sim na conscientização de que o racismo estrutural permeia e escancara as diferenças sociais e econômicas dentro dos espaços acadêmicos.

A pesquisa captou também o fato de que a totalidade de Optantes Pretas/Pretos, Pardas/Pardos e Indígenas estudaram ou em escola pública ou em escola particular com bolsa (isso se refere a ensino fundamental, médio e graduação). Dito de uma forma mais simples, o dado mostra que, com exceção de uma pessoa que fez FIES (que utilizou um financiamento governamental), não houve Optante que pagou para estudar. Junto a isso, quando se leva em conta apenas o Ensino Médio e Fundamental, 85% de Optantes Pretas/Pretos, Pardas/Pardos e Indígenas provêm exclusivamente da rede pública de ensino. Em conclusão, pode-se dizer que esse amplo grupo de pessoas provem principalmente de escola pública e se concentra

nas faixas de renda mais baixas, comparadas de forma proporcional com o total de discentes participantes da pesquisa. Esses dados são importantes para rebater a ideia de que as ações afirmativas poderiam favorecer principalmente uma “elite” preta e parda. Muito pelo contrário, o que a pesquisa CoPAF ajuda a perceber é que ações afirmativas provocaram uma série de mudanças bastante significativas no perfil de ingresso do PPGAS/USP e que essas mudanças não se restringem ao perfil racial. As mudanças provocadas pela implementação das ações afirmativas são percebidas também no perfil socioeconômico familiar de quem acessa a Pós-Graduação (lembremos que a maior parte dos optantes que responderam a pesquisa fazem parte da primeira geração a ingressar na Pós-Graduação).

Outro cruzamento interessante é “faixa de renda” e “bolsa de estudos”, demonstrado no gráfico a seguir. Tal cruzamento indicou que os critérios socioeconômicos de distribuição de bolsas adotados junto à implementação das ações afirmativas têm funcionado. Como apontado no início deste texto, uma das mudanças que veio junto à adoção dessa política em 2017/2018 foi o início da distribuição das bolsas CAPES e CNPq por critérios que dão um peso significativo a fatores socioeconômicos. Isso substituiu a antiga lista classificatória do processo seletivo, que distribuía bolsas de acordo apenas com o desempenho obtido na seleção. Com a Pesquisa CoPAF, percebemos que 44% das pessoas com renda per capita de até um salário mínimo (SM) tinham, ainda em 2021, bolsa oferecida pelo Programa. Percebe-se também que, considerando a maior faixa de renda (4 ou mais SMs), essa porcentagem cai para 25%.

Faixa de renda per capta	Bolsas oferecidas pelo programa* (29)	Bolsa FAPESP (12)	Outras (2)	Não possui bolsa (38)
Até 1 SM (9)	4 **	1	-	4****
De 1 a 2 SM (1)	7	-	-	7****
De 2 a 3 SM (18)	8	1	-	9*****
De 3 a 4 SM (12)	3	4	-	5*****
Mais de 4 SM (28)	7***	6	2	13*****

**Quadro 1.** Relação entre faixa de renda per capta e bolsa de estudos. Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa COPAF 2021.

\* Bolsas CAPES e CNPq

\*\* A maior parte é constituída por bolsas implementadas em 2020 e 2021

\*\*\* A maior parte é constituída por bolsas implementadas em 2018 e 2019

\*\*\*\* Pessoas que entraram entre 2020 e 2021

\*\*\*\*\* Grande maioria de pessoas que entraram entre 2020 e 2021.

É possível observar ainda que pessoas com maior renda conseguiram bolsas majoritariamente em 2018 e 2019 e que as pessoas com menor renda que estão sem bolsa são ingressantes em 2021. Considerando que, desde a implementação das ações afirmativas, há um direcionamento das bolsas para as faixas de maior vulnerabilidade socioeconômica e que a maioria das pessoas conseguiu bolsas no primeiro ano de ingresso, podemos inferir que está havendo uma mudança gradual no perfil socioeconômico de ingresso. As bolsas que em 2018 e 2019 foram direcionadas para pessoas que têm renda de 4 ou mais SMs, se distribuídas



hoje, iriam para pessoas que ganham até dois salários mínimos. Isso sugere que em 2018 e 2019 não havia tantas pessoas com renda per capita de até um salário mínimo no programa. Esse dado, em associação com o dado anterior que mostrava que optantes ocupam principalmente as faixas de menor renda per capita, deixa ainda mais evidente que as ações afirmativas no PPGAS/USP não só não têm causado prejuízo à estudantes Não Optantes pobres, mas também tem contribuído com o ingresso de pessoas oriundas de faixas socioeconômicas mais vulneráveis.

Ainda no que se refere à distribuição de bolsas, outra relevante tendência revelada pela pesquisa foi a concentração de financiamento FAPESP (Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) entre discentes provenientes de núcleos familiares com maior renda per capita. Dez das doze bolsas FAPESP obtidas por discentes do programa pertenciam a pessoas que viviam com renda per capita de, pelo menos, três salários mínimos. Com isso, presume-se que as peculiaridades e exigências dessa instituição de fomento à pesquisa privilegiam determinados perfis estudantis, evidenciando a exclusão de estudantes mais pobres e, à luz dos dados anteriores que mostram que maior parte destes estudantes ouvidos pela pesquisa concentram-se no grupo de Optantes, também ocorre uma exclusão de Pretas/Pretos, Pardas/Pardos e Indígenas. É sabido que os critérios de concessão de bolsas de estudos adotados pela FAPESP envolvem uma rígida análise de mérito. Para além da avaliação curricular, aspectos como idade, tempo de ingresso nos cursos de pós-graduação, carreira acadêmica planejada e uma série de outras exigências institucionais bastante específicas funcionam como uma segunda barreira de segregação que, novamente, põe em cheque as condições de ingresso e de permanência de discentes Pretas/Pretos, Pardas/Pardos, Indígenas e pobres na Pós-Graduação. Justamente por isso é primordial repensar ainda mais os pilares da universidade pública e promover modificações nos sistemas de concessão de bolsas. O histórico de ensino e os aspectos temporais não podem ser os únicos requisitos para concessão de financiamentos. Considerando que os percalços para manutenção escolar no Brasil são inúmeros, as especificidades dos alunos precisam ser também observadas.

### **Mobilizar, avaliar, compreender e consolidar**

Todas as respostas obtidas pela Pesquisa CoPAF em relação às transformações ocorridas ao longo dos anos de existência das ações afirmativas apontam que tal política é positiva. As respostas também consideraram as ações afirmativas como um fator que melhorou o PPGAS, tornando o ambiente da USP mais diverso. Os discentes apontaram que é preciso melhorar a inclusão de outros grupos (LGBTQIA+, por exemplo), ampliar as porcentagens de reserva de vagas ao nível do Estado de São Paulo, fortalecer a permanência de discentes, em especial os socioeconomicamente vulneráveis, e aperfeiçoar mais a relação entre os corpos docente, estudantil e de funcionárias e funcionários do Programa.

É possível também acrescentar a necessidade de, conjuntamente, compreender quais as defasagens que a crise pandêmica provocou no trabalho e na aprendizagem das pessoas e quais os possíveis caminhos para superar problemas inéditos. Essa conjuntura de

precarização se soma a anos de dismantelamento dos serviços públicos no Brasil e, especificamente, em São Paulo, fazendo com que as condições de trabalho de docentes e integrantes do serviço administrativo sofram com sobrecarga de tarefas, falta de material adequado para trabalhar e salários defasados. Toda essa conjuntura implica em um quadro de relativa fragilidade institucional que dificulta a manutenção de processos e serviços. Os diversos apontamentos da Pesquisa CoPAF reforçam necessidades e reivindicações ligadas às ações afirmativas que são, em maior ou menor medida, compartilhadas por todo o conjunto do PPGAS/USP, por todos os seus três setores. Isso demonstra que a caminhada para as transformações sociais anunciadas pela política implementada em 2017 só continuará sendo trilhada se todas as pessoas caminharem de mãos dadas. O processo de aperfeiçoamento e as exigências apontadas na pesquisa nada mais são do que a consciência de que o cenário já traz pontos muito positivos, mas que, mesmo assim, ajustes importantes ainda precisam ser feitos.

A consolidação das ações afirmativas depende, portanto, da contínua reformulação estrutural de certos aspectos do Programa. Além daqueles já conquistados, que destacamos no início deste texto (mudanças no número de vagas, critérios de distribuição para bolsas e eliminação da prova de línguas), precisamos ainda incluir contributos práticos e teóricos para continuidade e promoção da quebra de paradigmas.

Temos alguns avanços que merecem destaque. Entre eles está a organização do grupo de formação para instrumentalização da leitura do inglês para provas de proficiência. Desde o ano de 2021, discentes voluntários do PPGAS/USP, em parceria com a Coordenação, montaram workshops para o ensino de inglês instrumental. Como citado anteriormente, a frequência nas aulas junto à entrega de um trabalho final eliminou, para quem assim desejasse, as provas de proficiência em língua estrangeira. Tal estrutura foi mantida no ano de 2022 e representa um avanço importante para a formação acadêmica e para a permanência de ingressantes que não tiveram oportunidades de dominar outras linguagens nas fases iniciais de suas formações.

Um segundo ponto relevante é a organização do Prepara-PPGAS, uma iniciativa autônoma de apoio a Optantes durante a preparação para o processo seletivo. Já com resultados positivos nas aprovações do edital de 2022-2023, como apontado no início do texto, tal iniciativa atende pessoas que ainda não acessaram o curso, promovendo uma maior diversificação do público aprovado e aproximando a Universidade da comunidade externa. A Representação Discente, nesse sentido, também tem proposto um Plano Político-Pedagógico que possa apoiar tal iniciativa e fortalecer o oferecimento de cursos de Extensão universitária. Percebe-se que as discussões da CoPAF e o largo esforço para uma efetiva democratização estudantil, na maioria das vezes em parceria com outros entes do Programa, tem reverberado bons resultados.

No entanto, é válido pontuar algumas observações recorrentes sobre desafios que ainda persistem. A reelaboração da grade das disciplinas ofertadas nos cursos de mestrado e de doutorado, assim como a seleção das bibliografias indicadas para o processo seletivo, ainda não foi suficientemente debatida e ações concretas ainda não foram institucionalizadas. A CoPAF tem insistido que as temáticas e os textos escolhidos para as ementas dos cursos e

para o processo seletivo precisam ser mais variadas e não-eurocêtricas, pois isso não só amplia conhecimentos, mas também abraça as pesquisas que, até então, eram pouco valorizadas. De acordo com alguns relatos de professores e de ingressantes, é necessário a união entre docentes e discentes para a ampliação construtiva dos conhecimentos que passam estruturas teóricas e metodológicas.

Pode-se destacar também o horário de oferecimento das disciplinas. Infelizmente, a grade não corresponde com a organização cotidiana das pessoas que precisam trabalhar. Ao menos, as disciplinas obrigatórias de cada curso têm sido ofertadas no período noturno, acolhendo integrantes que tenham dificuldade de frequentar o campus durante o dia. Mas é sempre possível alargar o leque de possibilidades, incluindo atividades em horários alternativos e de maior participação - mudança que apenas poderá ser realizada com eficiência se feita a partir do diálogo entre os setores do Programa e com canais de escuta.

É possível também intensificar a mobilização da CoPAF para que a política de ações afirmativas se torne um elemento constituinte do cotidiano das atividades em geral, ou seja, que sempre todas e todos sintam-se acolhidos. Isso possibilitará que possíveis questões interpessoais sejam melhor mediadas ou, por exemplo, que dúvidas sobre o regramento relativo às cotas sejam sanadas. É fundamental que a Comissão aperfeiçoe as formas de acompanhamento das tarefas cotidianas do PPGAS/USP desde o processo seletivo (garantindo que o edital seja democrático, seus resultados transparentes e que seja constituída, enfim, uma banca de hétero-identificação de pleiteantes) até as dificuldades que possam surgir ao longo dos cursos. Ainda assim, a CoPAF pode estimular o debate e buscar os trâmites jurídicos necessários para que novas vagas de docentes também possam prever cotas a fim de fortalecer a diversidade da produção de conhecimento do Programa em todas as frentes possíveis.

As ações afirmativas do PPGAS/USP, desde sua concepção até a sua implementação, são resultado do intenso engajamento dos corpos discente, docente, de funcionárias e funcionários. Sua consolidação, da mesma forma, só avançará a partir do fortalecimento da mobilização de suas e seus integrantes. Estudos periódicos como a 1ª Pesquisa CoPAF são fundamentais para que se debata, se compreenda em detalhes e se aprimore políticas públicas tão amplas como as das ações afirmativas. Com os devidos cuidados éticos, promovendo uma reflexão coletiva inspirada pela busca por maior igualdade de condições para o exercício do trabalho acadêmico, esse tipo de avaliação pode conduzir as pessoas a investirem em soluções produtivas e atentas às transformações ligadas, direta ou indiretamente, às Universidades. A consolidação de uma Pós-Graduação mais justa, democrática e plural se torna menos distante a cada avanço que a comunidade conquista. Trata-se de um caminho que procura promover um entendimento racializado da ciência e que, em consequência, projeta a superação de paradigmas estruturados na concepção hierárquica do conhecimento. O espírito de coletividade presente nesse texto e na pesquisa que o embasa, nesse sentido, desponta como peça central na luta por justiça e equidade racial acadêmica.

## Referências Bibliográficas

- AMPARO, Amanda Gabriela. J.; OLIVEIRA, Felipe Gabriel. de C. F.; ALMEIDA NETO, Joaquim Pereira. de A.; BARBOSA, Marina. 2021. *Primeira Pesquisa CoPAF*. São Paulo: PPGAS/USP. (Mimeo)
- DE FIORI, Ana Leticia.; ASSÊNSIO, Cibele; ANDRADE, Fabiana.; TEIXEIRA, Jacqueline. M.; PATRIARCA, Letizia.; DAL BO, Talita. 2017. O tempo e o vento: notas sobre a arte de burocratizar políticas de cotas na USP. *Revista de Antropologia*, vol. 60, n. 1: 55-83, 2017. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2017.132101.
- MARQUES, Ana Claudia Rocha Duarte; FIORI, Ana Leticia. de; ASSÊNSIO, Cibele; ANDRADE, Fabiana; TEIXEIRA, Jacqueline; PATRIARCA, Letizia; DAL' BÓ, Talita. L. 2017. A proposta de cotas e ações afirmativas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo: do tédio à melodia. *Cadernos de Campo*, vol. 25, n. 25: 46-55. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v25i25p46-55.
- PACECO, Vitória. 2022. "O dia em que a USP parou". *Jornal do Campus*, São Paulo, 22 out 2022. Disponível em <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2022/10/o-dia-em-que-a-usp-parou/> Acesso em 20 dez. 2022.
- SILVA, Viviane Angélica. 2015. *Cores da tradição: uma história do debate racial na Universidade de São Paulo (USP) e a configuração racial do seu corpo docente..* São Paulo, Tese de doutorado, Universidade de São Paulo.

**sobre as autoras e autores** **Amanda Gabriela Jesus Amparo**

Doutoranda em Antropologia no PPGAS-USP com pesquisas sobre sociabilidades negras e guerra às drogas.

**Felipe Gabriel de Castro Freire Oliveira**

Doutorando em Antropologia no PPGAS-USP com pesquisas sobre religião, samba e carnaval.

**Joaquim Pereira de Almeida Neto**

Doutorando em Antropologia no PPGAS-USP com pesquisas sobre imbricações entre arte, ciência e política.

**Marina Oliveira Barbosa**

Doutoranda em Antropologia no PPGAS-USP com pesquisas sobre musicalidades negras, corpo e religiões de matrizes africanas.

**Autoria:** Todas as autoras e autores contribuíram com a organização e coleta de dados, sistematização e redação do artigo.

**Financiamento:** A produção deste artigo foi possível a partir do financiamento público à pesquisa. Amanda Amparo, Felipe Gabriel Oliveira e Marina Barbosa receberam bolsa de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e Joaquim Almeida recebeu bolsa da Coordenação de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Recebido em 10/11/2022.

Aprovado para publicação em 20/12/2022.